

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	13
--	----

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	81
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	82
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	83
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	84
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.244.310.876
Preferenciais	0
Total	1.244.310.876
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
1	Ativo Total	3.170.948	2.863.113	2.672.305
1.01	Ativo Circulante	39.204	40.363	39.334
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.344	13.394	16.373
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.928	5.590	0
1.01.03	Contas a Receber	16.146	14.232	14.954
1.01.03.01	Clientes	16.144	14.232	14.917
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2	0	37
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	2	0	37
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.435	3.961	4.808
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.435	3.961	4.808
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.309	1.928	1.759
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.042	1.258	1.440
1.01.08.03	Outros	1.042	1.258	1.440
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.042	1.258	1.440
1.02	Ativo Não Circulante	3.131.744	2.822.750	2.632.971
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	190.766	146.289	130.794
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28.742	28.822	24.643
1.02.01.07	Tributos Diferidos	91.862	63.421	47.401
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	91.862	63.421	47.401
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.399	3.760	3.989
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	65.763	50.286	54.761
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	65.580	49.419	51.128
1.02.01.10.04	Outras Contas a Receber	183	225	221
1.02.01.10.05	Diferido	0	642	3.412
1.02.03	Imobilizado	26.415	2.060	2.162
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.476	2.060	2.162
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	22.939	0	0
1.02.04	Intangível	2.914.563	2.674.401	2.500.015
1.02.04.01	Intangíveis	2.914.563	2.674.401	2.500.015

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.914.563	2.674.401	2.500.015

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
2	Passivo Total	3.170.948	2.863.113	2.672.305
2.01	Passivo Circulante	234.893	1.059.301	178.954
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.644	7.553	7.709
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.644	7.553	7.709
2.01.02	Fornecedores	53.906	38.818	41.222
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.906	38.818	41.222
2.01.02.01.01	Fornecedores	33.202	24.904	21.842
2.01.02.01.02	Caução Contratual	20.704	13.914	19.380
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.359	21.337	6.684
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.730	19.191	4.586
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.629	2.146	2.098
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	70.037	67.653	60.622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	70.037	67.653	60.622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	70.037	67.653	60.622
2.01.05	Outras Obrigações	37.659	885.400	48.117
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	18.865	878.933	43.283
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.515	878.777	41.987
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	16.350	156	1.296
2.01.05.02	Outros	18.794	6.467	4.834
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	1.026	989	961
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	10.959	5.478	3.873
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	6.809	0	0
2.01.06	Provisões	60.288	38.540	14.600
2.01.06.02	Outras Provisões	60.288	38.540	14.600
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovias	60.288	38.540	14.600
2.02	Passivo Não Circulante	1.780.855	638.001	1.380.872
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	382.048	446.234	502.231
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	382.048	446.234	502.231
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	382.048	446.234	502.231

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
2.02.02	Outras Obrigações	1.330.499	131.984	790.895
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.291.815	131.491	780.430
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.291.815	131.491	780.430
2.02.02.02	Outros	38.684	493	10.465
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais	21.752	493	10.465
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	16.932	0	0
2.02.04	Provisões	68.308	59.783	87.746
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.597	11.767	10.006
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	620	2.287	621
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	506	489	727
2.02.04.01.05	Provisões Regulatório	7.471	8.991	8.658
2.02.04.02	Outras Provisões	59.711	48.016	77.740
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	36.211	26.729	57.421
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	23.500	21.287	20.319
2.03	Patrimônio Líquido	1.155.200	1.165.811	1.112.479
2.03.01	Capital Social Realizado	1.317.796	1.272.296	1.188.296
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.497.996	1.287.996	1.287.996
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-180.200	-15.700	-99.700
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-162.596	-106.485	-75.817

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	624.706	526.552	770.615
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-616.333	-474.982	-699.200
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-323.764	-260.191	-220.146
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-292.569	-214.791	-479.054
3.03	Resultado Bruto	8.373	51.570	71.415
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.055	-29.529	-28.947
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.720	-30.699	-30.068
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-23.488	-28.052	-28.122
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-3.232	-2.647	-1.946
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	761	1.235	1.127
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-96	-65	-6
3.04.05.01	Tributárias	-96	-65	-6
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.682	22.041	42.468
3.06	Resultado Financeiro	-66.870	-69.358	-82.199
3.06.01	Receitas Financeiras	2.422	2.689	7.228
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.422	2.689	7.228
3.06.02	Despesas Financeiras	-69.292	-72.047	-89.427
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-69.262	-72.047	-89.427
3.06.02.02	Varição Cambial Líquida	-30	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-84.552	-47.317	-39.731
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	28.441	16.649	13.485
3.08.01	Corrente	0	629	0
3.08.02	Diferido	28.441	16.020	13.485
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-56.111	-30.668	-26.246
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-56.111	-30.668	-26.246
3.99.01.01	ON	-0,0403	-0,0253	-0,0284

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-56.111	-30.668	-26.246
4.03	Resultado Abrangente do Período	-56.111	-30.668	-26.246

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	138.186	120.691	103.809
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	200.262	177.329	163.049
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo do período	-56.111	-30.668	-26.246
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	117.269	103.962	92.904
6.01.01.04	Baixas de ativos permanentes	386	916	1.275
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-28.441	-16.020	-13.485
6.01.01.07	Receitas com aplicação financeiras vinculadas	-1.635	-1.507	-2.320
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de mútuos e debêntures privadas	40.012	39.855	52.579
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	17.309	25.360	34.440
6.01.01.10	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	0	333	0
6.01.01.11	Despesa Financeira (valor presente)	10.021	4.329	-2.706
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	707	3.911	4.836
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	100.745	46.858	21.772
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-53.013	-56.638	-59.240
6.01.02.01	Contas a receber	-1.870	681	-2.455
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-2	37	2.394
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-581	1.873	2.032
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-1.020	60	2.096
6.01.02.05	Depósitos judiciais	870	-1.356	6.573
6.01.02.06	Fornecedores	-8.038	-4.279	-10.739
6.01.02.07	Contas a pagar - partes relacionadas	923	-3	307
6.01.02.08	Cauções contratuais	-307	-2.579	-1.299
6.01.02.09	Obrigações Sociais	91	-156	130
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	-7.213	2.785	-20.159
6.01.02.12	Outros créditos	182	78	34
6.01.02.15	Outras contas a pagar	6.258	-8.053	11.225
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-3.877	-2.483	-2.235
6.01.02.18	Pagamento de juros	-38.466	-43.271	-47.144
6.01.02.20	Credores pela Concessão/ Taxa de fiscalização	37	28	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.03	Outros	-9.063	0	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-9.063	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-341.138	-283.119	-525.043
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-2.130	-497	-624
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-338.492	-273.334	-522.920
6.02.03	Aplicação financeira Vinculada	-955	-4.861	-2.984
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	1.777	1.163	1.485
6.02.11	Aplicação financeira	-1.338	-5.590	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	196.902	159.449	398.272
6.03.01	Risco sacado captação	24.607	31.417	16.064
6.03.02	Risco sacado pagamento	-27.847	-29.200	-15.294
6.03.04	Pagamentos de empréstimos - principal	-60.658	-55.468	-50.798
6.03.10	Captações de empréstimos empresas ligadas	215.300	128.700	0
6.03.14	Aumento de capital	45.500	84.000	448.300
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.050	-2.979	-22.962
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.394	16.373	39.335
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.344	13.394	16.373

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.500	0	0	0	0	45.500
5.04.01	Aumentos de Capital	210.000	0	0	0	0	210.000
5.04.09	(-) Capital a Integralizar	-164.500	0	0	0	0	-164.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.111	0	-56.111
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.111	0	-56.111
5.07	Saldos Finais	1.317.796	0	0	-162.596	0	1.155.200

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	0	0	0	84.000
5.04.08	Capital Integralizado	84.000	0	0	0	0	84.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.668	0	-30.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.668	0	-30.668
5.07	Saldos Finais	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.04	Transações de Capital com os Sócios	448.300	0	0	0	0	448.300
5.04.01	Aumentos de Capital	506.000	0	0	0	0	506.000
5.04.08	(-) Capital a Integralizar	-57.700	0	0	0	0	-57.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.246	0	-26.246
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.246	0	-26.246
5.07	Saldos Finais	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	656.041	558.830	800.460
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	357.701	337.724	316.308
7.01.02	Outras Receitas	298.340	221.106	484.152
7.01.02.01	Receita dos serviços de construção	292.569	214.791	479.054
7.01.02.02	Outras Receitas	5.771	6.315	5.098
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-487.032	-363.109	-599.259
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-47.456	-50.988	-50.213
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.465	-22.876	-21.535
7.02.04	Outros	-416.111	-289.245	-527.511
7.02.04.01	Custo da Concessão	-18.058	-17.447	-17.317
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-292.569	-214.791	-479.054
7.02.04.03	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-100.745	-46.858	-21.772
7.02.04.04	Outros	-4.739	-10.149	-9.368
7.03	Valor Adicionado Bruto	169.009	195.721	201.201
7.04	Retenções	-117.269	-103.962	-92.904
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-117.269	-103.962	-92.904
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	51.740	91.759	108.297
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	64.251	53.458	59.991
7.06.02	Receitas Financeiras	2.422	2.689	7.228
7.06.03	Outros	61.829	50.769	52.763
7.06.03.01	Juros Capitalizados	61.859	50.769	52.763
7.06.03.04	Outros	-30	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	115.991	145.217	168.288
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	115.991	145.217	168.288
7.08.01	Pessoal	38.644	37.915	36.123
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.782	28.856	27.779
7.08.01.02	Benefícios	6.577	6.907	6.390
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.285	2.152	1.954
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.525	14.247	15.671

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.02.01	Federais	-15.626	-2.889	-353
7.08.02.02	Estaduais	1	8	11
7.08.02.03	Municipais	18.150	17.128	16.013
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.487	54.538	56.310
7.08.03.01	Juros	17.309	25.360	34.440
7.08.03.02	Aluguéis	170	1.738	1.651
7.08.03.03	Outras	34.008	27.440	20.219
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	22.425	21.439	18.912
7.08.03.03.03	Outros	11.583	6.001	1.307
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-56.111	-30.668	-26.246
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-56.111	-30.668	-26.246
7.08.05	Outros	79.446	69.185	86.430
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	40.012	39.855	52.579
7.08.05.02	Juros Capitalizados	39.434	29.330	33.851

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Litoral Sul.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Autopista Litoral Sul, uma das oito concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 356,9 quilômetros, trecho que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Receita e Mercado

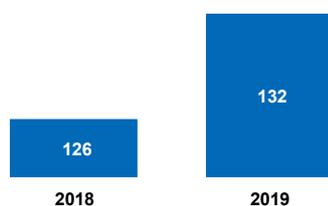
As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Litoral Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Ao longo do ano de 2019 a tarifa praticada para veículos de passeio foi de R\$2,70 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – sub item (d) Aspectos Financeiros.

Em 2019, o tráfego pedagiado totalizou 132,4 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 5,3% superior aos 125,7 milhões registrados em 2018. A variação deve-se a aceleração e melhora no cenário econômico.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$655,2 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento 17,5% sobre 2018, quando totalizou R\$557,6 milhões.

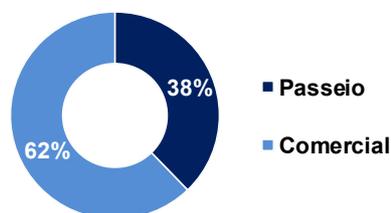
Tráfego Pedágio

Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego

Ano 2019



A receita de pedágio registrou R\$357,7 milhões em 2019, uma variação de 5,9% em relação à 2018, quando totalizou R\$337,7 milhões. Essa variação também é atribuída ao desenvolvimento do cenário econômico.

A receita de obras registrou R\$292,6 milhões em 2019, contra R\$214,8 milhões registrada em 2018, representando uma variação de 36,2%. A variação é devido ao maior volume de obras realizadas em 2019 comparada ao exercício de 2018 (Contorno de Florianópolis, OAE Itajaí, OAE Camboriú e Caixa de Escape, dentre outras).

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$4,9 milhões em 2019, o que representa 0,75% da receita bruta. No ano de 2019, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$332,1 milhões, um aumento de R\$20,4 milhões em relação ao ano de 2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Investimentos

O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2019 foi de R\$378,2 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$274 milhões realizados em 2018, perfazem o montante de R\$ 652,2 milhões realizados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A quebra desses valores é apresentada na tabela abaixo:

	Investimentos - R\$ milhões		
	2019	2018	%
Ampliação da Rodovia	295.570	223.122	32,5%
Construção de Viaduto	9.315	9.190	1,4%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	73.365	41.685	76,0%
Total	378.250	273.997	

O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros. Posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retificadora, abrangendo uma extensão total de 47 quilômetros. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte e Trecho Intermediário, contendo 4 trevos em desnível, sendo que o Trevo do km 193+400 e km 204+200 está em andamento e o km 215+380 encontra-se concluído e 13 passagens inferiores sendo que destas 9 estão em andamento e 3 estão concluídas. Os seguimentos do Trecho Sul A e B encontram-se em processo de contratação para execução das obras.

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R\$260,8 milhões, dos quais R\$215,3 milhões foram milhões através de empréstimos intercompany e R\$45,5 milhões através de aumento de capital social.

Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$51,7 milhões, representando 7,9% da Receita Operacional Bruta, o que representa uma redução de 43,6% em relação a 2018, em que o valor adicionado foi de R\$91,8 milhões representando 16,5% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2019, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2019, a Concessionária investiu R\$50 mil (R\$139 mil em 2018) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego

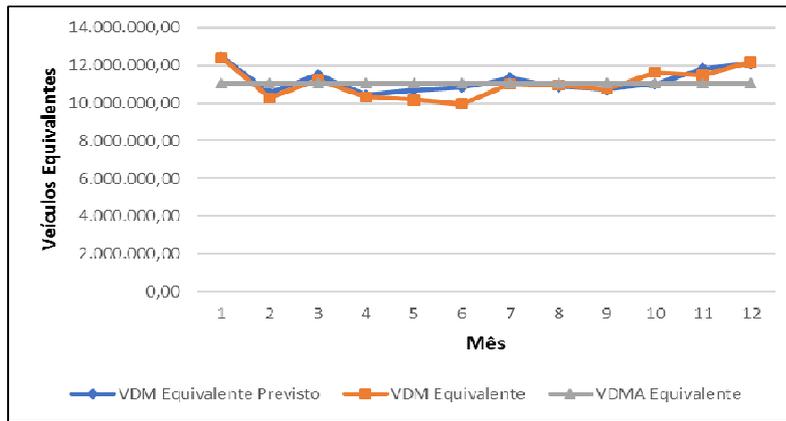
Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Variação mensal do volume - 2019

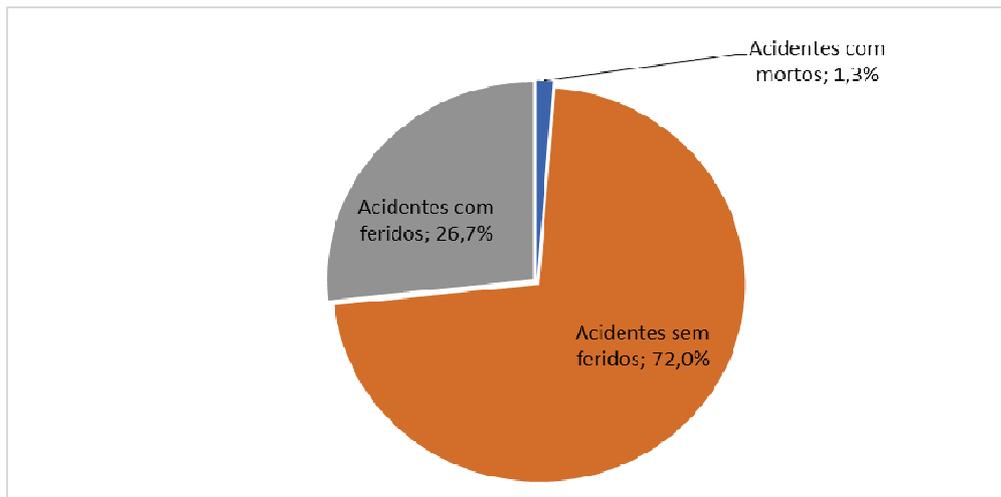


b) Segurança no Trânsito

Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

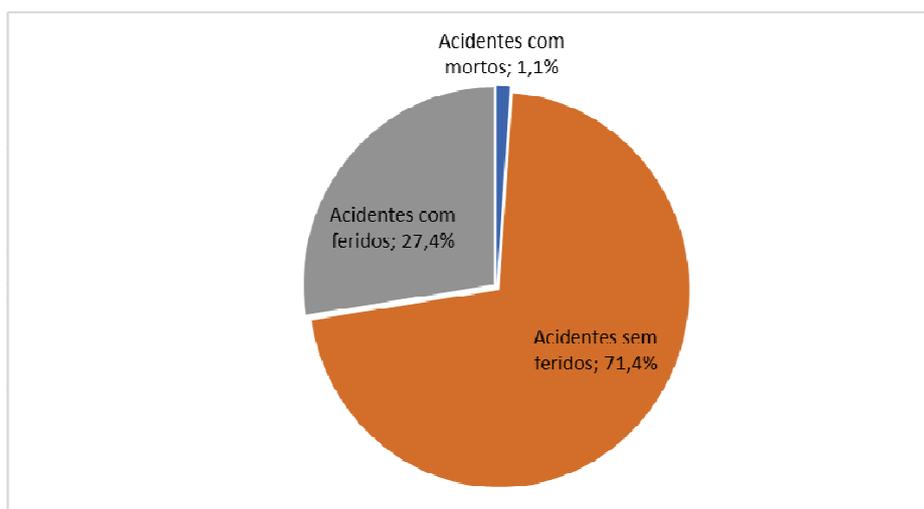
Percentual de acidentes por gravidade - 2018



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

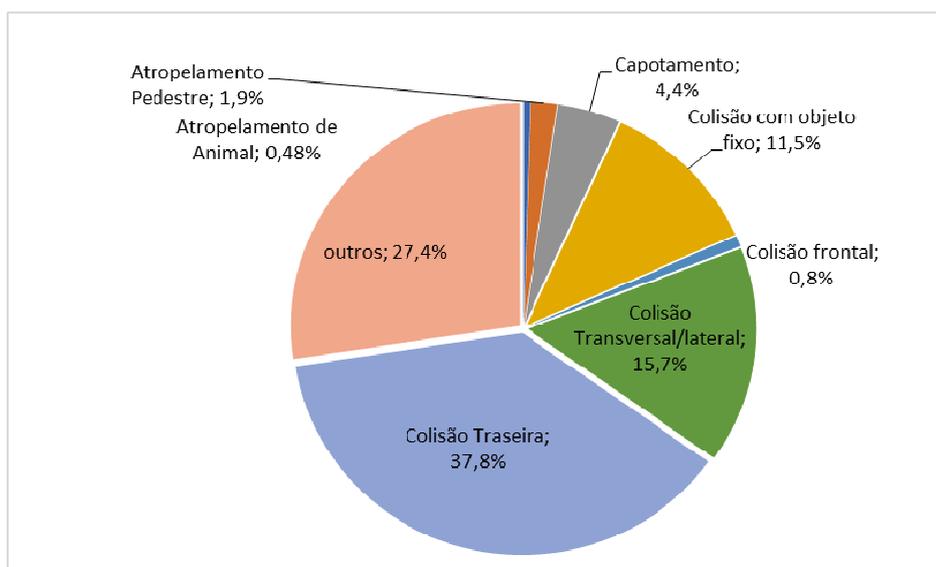


Percentual de acidentes por gravidade - 2019



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

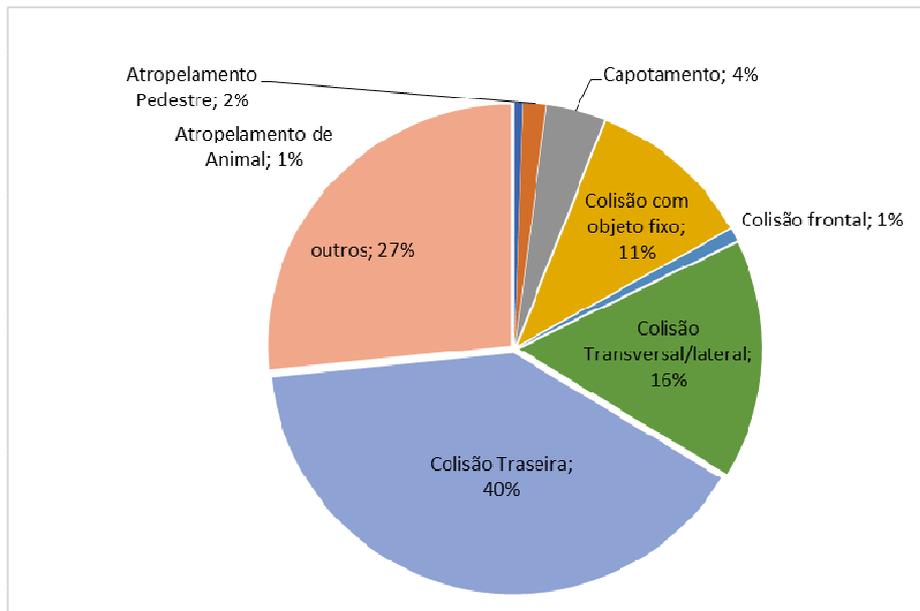
Acidente por tipo – 2018



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Acidente por tipo - 2019



c) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipos de veículos alocados na concessão**

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/356,96km
Viatura de Inspeção	11	3,08
Vigilância Patrimonial	2	0,56
Guincho Leve	14	3,92
Guincho Pesado	6	1,68
Guincho PIPA	2	0,56
AC - Ambulância Stand	10	2,80
AD - Ambulância UTI	4	1,12
Caminhão Guindauto	1	0,28
Caminhão Papa Cone	1	0,28
Mini pá Carregadeira	2	0,56
Moto	2	0,56
Total de veículos operacionais	55	15,41
Administração	9	2,52
Bases e Pedágios	6	1,68
Caminhonete ANTT	4	1,12
Gerência de Investimentos	33	9,24
Tráfego	3	0,84
Segurança de Trabalho	3	0,84
Manutenção	3	0,84
Faixa de Domínio	3	0,84
Contorno	18	5,04
Total de veículos de apoio	82	22,97
TOTAL GERAL	137	38,38

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipos de funcionários alocados na concessão**

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
Analista De CCA Jr	2	0,15
Analista De Engenharia Jr (Faixa Dom.)	2	0,15
Analista De Engenharia Pl (Faixa Dom.)	2	0,15
Analista De Tráfego Jr	2	0,15
Analista Operacional Pl	1	0,08
Assistente Administrativo	2	0,15
Assistente De CCA	2	0,15
Assistente De CCO	1	0,08
Assistente De Engenharia II (Faixa Dom.)	3	0,23
Auxiliar De Tráfego	9	0,68
Coordenador De Faixa De Domínio	1	0,08
Enfermeiro	27	2,04
Inspetor De Tráfego	50	3,78
Inspetor De Tráfego Motociclista	4	0,30
Médico	26	1,96
Operador De Balança	31	2,34
Operador De CCA	13	0,98
Operador De CCO	18	1,36
Operador De Guincho	67	5,06
Operador De Guincho Pesado	29	2,19
Operador De Pipa	7	0,53
Socorrista	149	11,25
Supervisor De Tráfego	2	0,15
Total Tráfego	450	33,98
Operador De Pedágio	246	18,58
Controlador De Pedágio I	20	1,51
Total Arrecadação	266	20,09
TOTAL GERAL	716	54,06

d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Receita (em R\$ mil)

Receita	Em 2019	Acumulada
	655.211	4.509.288

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)

Investimentos	Em 2019	Acumulada
	378.250	3.039.580

Custos Operacionais (em R\$ mil)

Custos Operacionais	Em 2019	Acumulada
	616.335	3.795.884

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$525,1 milhões em 2019, ante R\$400,5 milhões em 2018, aumento de 31,1%. A maior parte desta variação refere-se a provisão para manutenção da rodovia e custo dos serviços de construção.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$131,8 milhões em 2019, uma redução de 5,1% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$138,9 milhões, a principal causa dessa variação foram as contingências cíveis, trabalhistas e regulatório, bem como serviços de terceiros e transportes.

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

ISS	Em 2019	Acumulada
	26.604	167.245

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ mil)

	2019	2018	Var%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	624,7	526,6	18,6%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(525,1)	(400,5)	31,1%
EBITDA ¹	99,6	126,0	-21,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(100,7)	(46,9)	115,0%
EBITDA Ajustado ²	200,3	172,9	15,9%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R\$ mil)

	31/12/2019	31/12/2018	Var%
Dívida Bruta	452,1	513,9	-12,0%
Curto Prazo	70,0	67,7	3,5%
Longo Prazo	382,0	446,2	-14,4%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa	14,3	19,0	-24,8%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	28,7	28,8	-0,3%
Dívida Líquida	437,8	494,9	-11,5%

¹ Curto e longo prazos

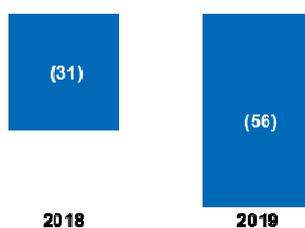
A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2019 com prejuízo líquido de R\$56,1 milhões, um aumento de R\$25,4 milhões frente ao resultado de R\$30,7 milhões registrado no exercício de 2018. Essa variação deriva principalmente de aumento nos custos de serviços de manutenção da rodovia.



Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio – 2019 (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
São José dos Pinhais – P1	Bidirecional	R\$ 2,70	R\$ 5,40	R\$ 4,05	R\$ 8,10	R\$ 5,40	R\$ 10,80	R\$ 13,50	R\$ 16,20	R\$ 1,35
Garuva – P2	Bidirecional	R\$ 2,70	R\$ 5,40	R\$ 4,05	R\$ 8,10	R\$ 5,40	R\$ 10,80	R\$ 13,50	R\$ 16,20	R\$ 1,35
Araquari – P3	Bidirecional	R\$ 2,70	R\$ 5,40	R\$ 4,05	R\$ 8,10	R\$ 5,40	R\$ 10,80	R\$ 13,50	R\$ 16,20	R\$ 1,35
Porto Belo – P4	Bidirecional	R\$ 2,70	R\$ 5,40	R\$ 4,05	R\$ 8,10	R\$ 5,40	R\$ 10,80	R\$ 13,50	R\$ 16,20	R\$ 1,35
Palhoça – P5	Bidirecional	R\$ 2,70	R\$ 5,40	R\$ 4,05	R\$ 8,10	R\$ 5,40	R\$ 10,80	R\$ 13,50	R\$ 16,20	R\$ 1,35

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Concessionária em números

Tabela - Rodovias				
Dados anuais e por empresa	Unidade de medida ou comentário			
Quilômetros de rodovia	356,96 quilômetros			
Número de veículos que transitaram	CAT-01	48.585.146	69%	
	CAT-02	4.525.006	6%	
	CAT-03	319.328	0%	
	CAT-04	3.951.793	6%	
	CAT-05	49.830	0%	
	CAT-06	3.410.460	5%	
	CAT-07	2.388.403	4%	
	CAT-08	5.483.786	8%	
	CAT-09	1.703.315	2%	
	TOTAL	70.417.067	100%	
Número de praças de pedágios	5 praças de pedágio:			
	São José dos Pinhais – P1			
	Garuva – P2			
	Araquari – P3			
	Porto Belo – P4			
	Palhoça – P5			
Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = 2,7			
	Descrição	Eixos	Categorias Litoral Sul	Tarifa Básica
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	2,7
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	5,4
	Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	4,05
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	8,1
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	5,4
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	10,8
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	13,5
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	16,2
	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	1,35

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Número de quilômetros mantidos	Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
	BR 116/PR	71,1 – 115,20	44,1	88,2
	BR 376/PR	614,0 – 682,18	68,18	136,36
	BR 101/SC	0 – 244,68	244,68	489,36
	Total		356,96	713,92
Índice de congestionamento	Rodovia	Nível de serviço		
	BR 101/SC	Nível C		
	BR 376/PR	Nível C		
	BR 116/PR	Nível C		
Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária		
	Jan	79.914		
	Fev	68.580		
	Mar	72.523		
	Abr	68.945		
	Mai	65.785		
	Jun	66.486		
	Jul	71.142		
	Ago	70.536		
	Set	71.710		
	Out	75.030		
	Nov	76.508		
	Dez	78.606		
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	72.147			
Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo			
	Jurídico			
	Comunicação			
	Meio Ambiente			
	Centro de Controle Operacional			
	Arrecadação			
	Conservação (engenharia)			
	Pavimentação (engenharia)			
	Obras (engenharia)			
	Projetos (engenharia)			
	Manutenção Tecnológica (rodovia)			
	Faixa de Domínio			
	Segurança do Trabalho			
Tráfego				

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Índices de qualidade de estrada	Rodovia: BR-101/SC			
	Parâmetro	ANO 11		
		Atendem	Não Atendem	
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%	
	Irregularidade Longitudinal	89,00%	11,00%	
	Rodovia: BR-101/SC PAULO LOPES			
	Parâmetro	ANO 11		
		Atendem	Não Atendem	
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%	
	Irregularidade Longitudinal	95,00%	5,00%	
	Rodovia: BR-116/PR			
	Parâmetro	ANO 11		
		Atendem	Não Atendem	
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%	
	Irregularidade Longitudinal	79,00%	21,00%	
	Rodovia: BR-376/PR			
	Parâmetro	ANO 11		
		Atendem	Não Atendem	
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%	
	Irregularidade Longitudinal	84,00%	16,00%	
Receita de pedágio	357.701			
Custos associados às receitas de pedágio	616.335			
Fator Trabalho				
Número de Trabalhadores	608			
Despesas de Pessoal	35.411			
Fator Capital				
Despesas de Depreciação	Método Linear			
Ativo Líquido	14.272			
Ativo Bruto	3.683.815			
Série Histórica dos Investimentos	378.250			
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado			
Fatores Intermediários				
Despesas em Administração	11.978			
Despesas em Manutenção	2.279			
Seguridade				
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	6.391		
	Com vítimas feridas	2.454		
	Com vítimas fatais	101		
Indicadores				
Receita por KM	1.836			
Custo por KM	1.727			

Balanço Social

	2019			2018		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto	655.211			557.602		
Receita Líquida (RL)	624.706			526.552		
Resultado operacional (RO)	-84.552			-47.317		
Folha de pagamento bruta (FPB)	19.251			18.386		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	19.251			18.386		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.277	17%	1%	3.562	19%	1%
Encargos Sociais	7.513	39%	1%	7.519	41%	1%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	2.652	14%	0%	2.564	14%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	269	1%	0%	326	2%	0%
Educação	34	0%	0%	24	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	24	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	50	0%	0%	139	1%	0%
Creches ou auxílio creche	343	2%	0%	452	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.901	10%	0%	2.167	12%	0%
Outros	270	1%	0%	306	2%	0%
Total - Indicadores sociais internos	16.309	85%	3%	17.083	93%	3%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	184	1%	0%	251	1%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	184	1%	0%	251	1%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	30.245	157%	5%	29.440	160%	6%
Total - Indicadores sociais externos	30.429	158%	5%	29.691	161%	6%

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	279	1%	0%	400	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	279	1%	0%	400	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas		(X) Não possui metas			
	() Cumpre de 0 a 50%		() Cumpre de 0 a 50%			
	() Cumpre de 50 a 75%		() Cumpre de 50 a 75%			
	() Cumpre de 75 a 100%		() Cumpre de 75 a 100%			
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	608			626		
Tempo de serviço	14% até seis meses			13% até seis meses		
	9% de seis meses a um ano			7% de seis meses a um ano		
	13% entre um e dois anos			17% entre um e dois anos		
	36% entre dois e cinco anos			39% entre dois e cinco anos		
	28% mais de cinco anos			24% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período	159			139		
Nº de demissões durante o período	185			198		
Nº de colaboradores terceirizados	1994			1788		
Nº de estagiários (as)	10			10		
Nº de colaboradores com até 18 anos	25			31		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	163			157		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	359			383		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	61			65		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	307			322		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0%			0%		
Remuneração paga a mulheres no período	6.903			6.907		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	10			8		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	26			28		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	80.028			72.490		
Total de horas extras pagas (valor)	915			843		
Total de INSS pagos	8.286			8.854		
Total de FGTS pago	1.796			1.977		
Total de Contribuição Sindical paga	0			0		
Totals dos demais encargos sociais pagos	0			0		
Total de IRRF recolhido no período	2.020			2.414		
Total de ICMS recolhidos no período	0			0		
Total de IRPJ recolhido no período	710			0		
Total de CSLL recolhido do período	256			0		
Total de PIS recolhidos no período	2.482			2.205		
Total de COFINS recolhidos no período	11.153			10.176		
Total de outros tributos recolhidos no período	18.020			16.882		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	31,21	45,24
Número total de acidentes de trabalho	8	25
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 15% na Justiça	71% no PROCON 18% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	115.991	145.217
Distribuição do Valor Adicionado	2% Governo 20% Acionistas 33% Colaboradores 44% Terceiros 0% Retidos	10% Governo 27% Acionistas 26% Colaboradores 38% Terceiros 0% Retidos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

Sustentabilidade

Para a Arteris, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas aos seus acionistas, contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação.

Nesse contexto, em 2019 a Arteris iniciou um processo de revisão dos seus objetivos de sustentabilidade, mantendo o alinhamento com os ODS e com os principais desafios de negócio. Ao longo do ano, a companhia manteve sua atuação pautada nos pilares de integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, relações e diálogo, impacto social, e tecnologia e inovação.

Para 2020, a companhia tem como objetivo concluir a revisão dos objetivos e lançar novos compromissos de sustentabilidade.

Integridade

A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência.

Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é o princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismos de avaliação e controle de riscos de compliance.

Em 2019, a companhia teve destaque no primeiro Guia Exame de Compliance, sendo posicionada entre as 39 empresas mais bem avaliadas por suas práticas de compliance, além de figurar entre as quatro melhores no setor de infraestrutura. Esse resultado deve-se ao trabalho realizado pelo Programa de Integridade, cujo objetivo é preservar um ambiente de negócios ético e de confiança nas relações internas e externas da companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No mesmo ano, a Arteris tomou duas novas medidas para reforçar suas práticas de compliance. A primeira foi o lançamento da Norma de Gestão de Ambiente de Trabalho Positivo. Por meio dela, a empresa passou a reforçar junto aos colaboradores e terceiros a responsabilidade perante os demais colegas de agir de forma proativa, colaborativa e íntegra para alcançarmos um ambiente de trabalho seguro, respeitoso, aberto e inclusivo, livre de discriminação, violência e assédio.

Adicionalmente, a companhia passou a aplicar seus treinamentos e compliance nas empresas contratadas, garantindo que todos os fornecedores sigam as mesmas diretrizes da Arteris no âmbito de compliance. Desde o início dessa iniciativa, 287 parceiros estratégicos foram treinados.

Crescimento e Rentabilidade

Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor e pela excelência operacional.

Oferecer o melhor serviço aos usuários e buscar rentabilidade para seus acionistas são as premissas que norteiam as ações da empresa. Atualmente a Arteris conta com uma operação funcionando 24 horas, sete dias na semana, por meio de uma estrutura que contempla 165 guinchos, 101 ambulâncias e 1.600 câmeras de monitoramento.

Com isso, ano após ano o Grupo tem aprimorado processos e sinergia entre áreas, tornando o trabalho cada vez mais ágil, transformando a forma de gerenciar rodovias no país. Como exemplo dessa prática, em 2019 a Arteris Fernão Dias realizou o primeiro simulado com desvio de tráfego, como parte de seu plano de contingência operacional, visando capacitar e integrar as equipes para atuarem em eventos de grande complexidade.

O cenário consistiu no tombamento de um caminhão, causando interdição total da pista. A partir disso, um intenso congestionamento se forma e não há previsão para liberação da rodovia. Para garantir a segurança dos usuários e dar fluidez ao tráfego, uma equipe da concessionária se mobiliza e inicia a operação, que começa pela retirada das defensas metálicas. Com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, o trânsito da pista sul passa a ser desviado para o sentido norte da BR-381, ocupando uma faixa da via.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A companhia tem se especializado cada vez mais em grandes operações, de forma que o sincronismo entre as pessoas envolvidas evite transtorno para os usuários e garanta a segurança de todos que trafegam na rodovia.

Pessoas

A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas do negócio estão entre as prioridades estratégicas da companhia.

A companhia conta a com a Universidade Arteris de Desenvolvimento, uma plataforma para que todos os colaboradores façam treinamentos e cursos que auxiliem no desenvolvimento profissional de cada um, assim como em movimentações internas no Grupo. Em 2019, a UAD passou a contar com um aplicativo para smartphone, expandindo ainda mais o alcance de suas ações. Adicionalmente, foram 318 treinamentos disponibilizados no período.

Em outra frente do pilar de pessoas, a empresa trabalha constantemente para promover cidadania e humanizar o trânsito, por meio do projeto Escola Arteris. Com 18 anos de atuação ininterrupta, o projeto focou seus esforços em 2019 para o tema “distração”, a partir de uma série de campanhas e capacitação de educadores e alunos da rede pública. Além disso, foi lançada uma plataforma de gestão do projeto, para mensurar todas as atividades realizadas pelas escolas participantes. Ela recebeu mais de sete mil registros somente no primeiro ano.

Ao final de 2019, o Projeto Escola atingiu cerca de 8 mil educadores e 137 mil alunos. Para 2020, um dos objetivos é criar a versão digital do projeto, apostando em uma metodologia mais interativa para as instituições de ensino parceiras.

Com relação à empregabilidade, a Arteris vem trabalhando a igualdade de gênero como estratégia de diversidade. O Grupo encerrou 2019 com uma divisão de 53% de homens e 47% de mulheres entre seus colaboradores diretos. Considerando somente o board da companhia, existe a mesma proporção do número de mulheres em relação ao de homens.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Simultaneamente, a Arteris contribui para a geração de emprego nas regiões onde atua. No Contorno de Florianópolis, maior obra em curso da companhia, são mais de 1.300 operários ao longo de 34 quilômetros de obra.

Por último, a companhia reconhece a importância do universo acadêmico para o setor de infraestrutura. Em conjunto com a Fundação Abertis e com a Escola Politécnica da Universidade São Paulo, a empresa realiza a premiação da Cátedra Abertis no Brasil. Criada em 2003 pela Abertis e com incentivo da Fundação Abertis, a iniciativa consiste em organizar diferentes Cátedras em colaboração com universidades de renome e instituições acadêmicas nacionais e internacionais, com o objetivo de estimular trabalhos acadêmicos no campo dos Transportes e da Segurança Viária.

Segurança

O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade.

A empresa aderiu voluntariamente à “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Com um ano de antecedência, o Grupo já atingiu 97% da meta.

Esse resultado deve-se a uma série de iniciativas adotadas pela Arteris, como os programas Viva, cujo objetivo é valorizar o ser humano por meio de ações de conscientização segmentadas para atender diferentes públicos. Atualmente, os programas impactam caminhoneiros, motociclistas, passageiros, pedestres, sociedade civil, ciclistas e empresas localizadas no entorno das rodovias da Arteris. Somente em 2019, foram mais de 64 mil pessoas participantes.

Para garantir a eficácia dos programas, cada concessionária planeja suas ações com base no PRA (Plano de Redução de Acidentes). Com isso, é possível atingir os públicos mais vulneráveis de cada localidade. Na Régis Bittencourt, por exemplo, mais de 1.300 lanternas e coletes refletivos foram distribuídos para andarilhos, com o objetivo de reduzir o número de atropelamentos.

A companhia conta ainda com a parceria da PMRV e PRF em ações de fiscalização contra o uso de álcool por parte de motorista, além da importância da conservação e manutenção preventiva em veículos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relações e Diálogo

Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de oportunidades.

Em 2019, além do Twitter fornecendo informações em tempo real aos usuários, a área de ouvidoria e 0800 se destacou como importante ponto focal de prestação de serviço aos motoristas que trafegam pelas rodovias da Arteris. Do total de atendimentos, 48% das interações foram de usuários solicitando informações. Adicionalmente, foram mais de 1.100 elogios pelos serviços prestados, como bom atendimento dos arrecadadores e boa conservação do SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário.

Inovação e tecnologia

Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor.

Em 2019, os usuários da ViaPaulista que utilizam o trecho entre Araraquara e Riversul passaram a contar com rede wi-fi como um novo recurso para tornar a experiência de trafegar pelas SPs 255 e 281 ainda mais segura. Essa tecnologia, fruto de meses de estudos e testes, permite a solicitação de socorro mecânico e pré-hospitalar por meio de alguns cliques no smartphone, sem que seja necessário sair do veículo para utilizar os call boxes.

Para suportar essa estrutura, além de todo conjunto operacional e praças de pedágio presentes nas rodovias que opera, a companhia implementou o NOC (Network Operations Center). Com o objetivo de garantir alto índice de disponibilidade das ferramentas de TI que suportam o negócio, a operação dessa central funciona 24 horas por dia, contando com o monitoramento contínuo de mais 250 mil itens que compõem a infraestrutura tecnológica. Este fato representa mais um passo da companhia na busca por um novo patamar de excelência operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Impacto Social

Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades, a partir de uma política de investimento social com critérios claros.

A companhia patrocina importantes iniciativas de estímulo à cultura, como a escola do tradicional balé Bolshoi, em Joinville – a única unidade existente fora da Rússia – assim como o Projeto Guri, considerado o maior programa sociocultural brasileiro, fortalecendo a formação de crianças, adolescentes e jovens como indivíduos integrados positivamente em sociedade e que utilizam a cultura musical para difundir sua diversidade.

No âmbito do esporte, a Arteris esteve envolvida nas três edições da corrida Junta&Vai de 2019. O evento une pessoas por uma boa causa: o Programa Lacre Amigo Arteris, que reverte lacres de latas de alumínio em cadeiras de rodas, que são doadas para instituições parceiras.

Por fim, a Arteris apoiou com patrocínios incentivados como o Festival Chorando Sem Parar, a exposição de Julio González – Espaço e Matéria, além de apoiar a AACD, o Hospital de Câncer de Barretos, entre outros. Para saber mais, acesse <https://sustentabilidade.arteris.com.br/>.

b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Joinville, 20 de fevereiro de 2020.

A Administração.

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Andre Dorf
Conselheiro

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheira

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/
Diretor de Relações com Investidores

Marco Antonio Giusti
Conselheiro

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretor de Assuntos Regulatórios

Marcia Fragoso Soares
Diretora de Manutenção

Contador

Adriano Pelek
CRC – PR 048770/O-0

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Demonstrações Contábeis Referentes
ao Exercício Findo em 31 de Dezembro
de 2019 e Relatório dos Auditores
Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont, 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$195.689 (R\$1.018.938 em 31 de dezembro de 2018).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das demonstrações contábeis da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2020.

2. CONCESSÕES

A Autopista Litoral Sul é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de dezembro de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$84.583 a valor nominal, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

Notas Explicativas

- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$209.229 (R\$247.504 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$530.816 (R\$487.446 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2019 estas obras estão estimadas em R\$1.998.777 (R\$1.780.265 em 31 de dezembro de 2018), as quais não estão incluídas no quadro acima.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os

Notas Explicativas

investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações contábeis são:

4.1 Instrumentos Financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis e classificados no ativo ou passivo, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas de "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em

Notas Explicativas

condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 8, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.5 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações contábeis e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.6 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.8 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. A

Notas Explicativas

Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.11 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão.

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em anos anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

4.14 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

4.15.1 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas

Adoção inicial do CPC 06(R2) /IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações contábeis de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Notas Explicativas

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis intermediárias comparativas abrangendo esse tema não foram reapresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no balanço patrimonial:

	Valores antes da adoção do CPC 06	Ajuste CPC 06	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
Ativo			
Circulante	40.363	-	40.363
Não circulante	2.822.750	28.120	2.850.870
Direito de uso - IFRS 16	-	28.120	28.120
	<u>2.863.113</u>	<u>28.120</u>	<u>2.891.233</u>
Passivo			
Circulante	1.059.301	7.418	1.066.719
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	7.418	7.418
Não circulante	638.001	20.702	658.703
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	20.702	20.702
Patrimônio líquido	1.165.811	-	1.165.811
	<u>2.863.113</u>	<u>28.120</u>	<u>2.891.233</u>

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

4.15.2 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda

Notas Explicativas

não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações contábeis.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 17 - Contratos de Seguro	<p>O IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). O IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utilizará premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensurará explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados. A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, sendo permitida a adoção antecipada. Ela é adotada retrospectivamente a menos que sua adoção seja inviável; nesse caso, será aplicável a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo. A minuta para exposição das Alterações à IFRS 17 endereça os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. Um dos principais desafios propostos é o adiamento da data de adoção inicial da IFRS 17 em um ano para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial.</p>
IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.	<p>As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.</p>
Alterações à IFRS 3 - Definição de Negócios)	<p>As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos. Orientações adicionais ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido. As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares. As alterações são aplicáveis prospectivamente a todas as combinações de negócios e aquisições de ativos para os quais a data de aquisição cai no ou após o primeiro período anual de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada.</p>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

<p>Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de Material</p>	<p>O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de "ocultação" de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição. O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de "possível influência" para "possível influência razoável". A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual contendo uma definição de material ou faz referência ao termo "material" para garantir consistência. As alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada.</p>
<p>Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS</p>	<p>Além da Estrutura Conceitual revisada, que entrou em vigor após a publicação em 29 de março de 2018, o IASB também emitiu as Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS. O documento contém alterações à IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32. Porém, nem todas as alterações atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações da estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.</p>

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Sociedade, objetivando a melhor apresentação de seus investimentos em "Fundos de Investimentos", anteriormente apresentados na rubrica de "Caixa e equivalente de caixa", entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de "Aplicações Financeiras" todo e qualquer título de investimento diferente de "LFT e CDB", sendo estes "Letra Financeira, NTN, LTN e, outros". Esta alocação reflete de forma mais acurada no que diz o "CPC 03 (R2)" e "CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019) – Item 10: Equivalente de caixa – LFT's" e propicia uma melhor apresentação quanto a sua posição de investimentos, adotando, portanto, uma mudança em sua política contábil anteriormente adotada.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Sociedade alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete sua posição de investimentos da Sociedade (pelos argumentos acima mencionados e em linha com o parágrafo 14 item "(b)" do respectivo CPC anteriormente mencionado) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos, em relação à aquelas originalmente emitidas.

Para fins comparativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o impacto se dará da seguinte forma:

- Reapresentação nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa – Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitido em 27 de fevereiro de 2019.

Notas Explicativas**Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2018**

ATIVO	Nota explicativa	Originalmente Apresentada 31.12.2018	Reclassificação	Reapresentado 31.12.2018
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.984	(5.590)	13.394
Aplicações financeiras	5	-	5.590	5.590
Contas a receber	6	14.232	-	14.232
Impostos a recuperar	7	3.961	-	3.961
Despesas antecipadas		1.928	-	1.928
Outros créditos		1.258	-	1.258
Total do ativo circulante		40.363	-	40.363
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras vinculadas	8	28.822	-	28.822
Despesas antecipadas		3.760	-	3.760
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	63.421	-	63.421
Depósitos judiciais	16	49.419	-	49.419
Outras contas a receber	6	225	-	225
Imobilizado	9	2.060	-	2.060
Intangível	10	2.674.401	-	2.674.401
Diferido	11	642	-	642
Total do ativo não circulante		2.822.750	-	2.822.750
TOTAL DO ATIVO		2.863.113	-	2.863.113

Balanco patrimonial de 1 de janeiro de 2018

ATIVO	Nota explicativa	Originalmente Apresentada 01.01.2018	Reclassificação	Reapresentado 01.01.2018
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.373	(7.575)	8.798
Aplicações financeiras	5	-	7.575	7.575
Contas a receber	6	14.917	-	14.917
Contas a receber - partes relacionadas	16	37	-	37
Impostos a recuperar	7	4.808	-	4.808
Despesas antecipadas		1.759	-	1.759
Outros créditos		1.440	-	1.440
Total do ativo circulante		39.334	-	39.334
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras vinculadas	8	24.643	-	24.643
Contas a receber	6	221	-	221
Despesas antecipadas		3.989	-	3.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	47.401	-	47.401
Depósitos judiciais	16	51.128	-	51.128
Imobilizado	9	2.162	-	2.162
Intangível	10	2.500.015	-	2.500.015
Diferido	11	3.412	-	3.412
Total do ativo não circulante		2.632.971	-	2.632.971
TOTAL DO ATIVO		2.672.305	-	2.672.305

- Reapresentação nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa - Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitido em 27 de fevereiro de 2019.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Originalmente Apresentada 31.12.2018	Reclassificação	Reapresentado 31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício	(30.668)	-	(30.668)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	103.962	-	103.962
Baixa de ativos permanentes	916	-	916
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.020)	-	(16.020)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(1.507)	-	(1.507)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	39.855	-	39.855
Juros e variações monetárias de empréstimos	25.360	-	25.360
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	4.329	-	4.329
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	3.911	-	3.911
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	333	-	333
Constituição de provisão para manutenção	46.858	-	46.858
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	685	-	685
Contas a receber - partes relacionadas	37	-	37
Despesas antecipadas	60	-	60
Impostos a recuperar	1.873	-	1.873
Outros créditos	78	-	78
Depósitos judiciais	(1.356)	-	(1.356)
Outras contas a receber	(4)	-	(4)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	(4.279)	-	(4.279)
Fornecedores - partes relacionadas	(3)	-	(3)
Cauções contratuais de fornecedores	(2.579)	-	(2.579)
Obrigações sociais	(156)	-	(156)
Obrigações fiscais	2.785	-	2.785
Outras contas a pagar	(8.025)	-	(8.025)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(2.483)	-	(2.483)
Pagamento de juros	(43.271)	-	(43.271)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>120.691</u>	-	<u>120.691</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(497)	-	(497)
Aquisições de itens do intangível	(273.334)	-	(273.334)
Aplicação financeira vinculada	(4.861)	-	(4.861)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	1.163	-	1.163
Aplicação financeira	-	(5.590)	(5.590)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(277.529)</u>	<u>(5.590)</u>	<u>(283.119)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado	31.417	-	31.417
Pagamento risco sacado	(29.200)	-	(29.200)
Pagamento empréstimos - principal	(55.468)	-	(55.468)
Captações de empréstimos empresas ligadas	128.700	-	128.700
Aumento de Capital	<u>84.000</u>	-	<u>84.000</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>159.449</u>	-	<u>159.449</u>
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2.611</u>	<u>(5.590)</u>	<u>(2.979)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	16.373	-	16.373
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	<u>18.984</u>	<u>(5.590)</u>	<u>13.394</u>

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam *covenants*.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
		Reapresentado
Caixa e contas bancárias	2.969	4.028
Fundos de investimentos (*)	4.375	9.366
Total	7.344	13.394

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
		Reapresentado
Fundos de investimentos (**)	6.928	5.590
Total	6.928	5.590

* Cotas lastreadas em CDB, LFT e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

** Cotas lastreadas em NTN-B, NTN-F, LTN, LF e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente a, na média, 96,7% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,35% em 31 de dezembro de 2018). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2019</u>		<u>31.12.2018</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	15.173	-	13.177	-
Cupons de pedágio a receber	659	-	730	-
Cartões de pedágio a receber	126	-	117	-
Receitas acessórias a receber	164	-	136	-
Outras receitas a receber	<u>22</u>	<u>183</u>	<u>72</u>	<u>225</u>
Total	16.144	183	14.232	225

(*) Conforme nota explicativa nº 26.c).

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(84.552)	(47.317)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	28.748	16.088
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(307)	561
Total	<u>28.441</u>	<u>16.649</u>
Imposto Contabilizado	28.441	16.649
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	629
Diferido	28.441	16.020
	<u>28.441</u>	<u>16.649</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	ativo	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	244.115	199.292
Provisão de participação nos lucros	2.745	2.919
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	8.597	11.767
Outras provisões	2.364	839
Provisão para manutenção de rodovias	96.499	65.269
Amortização acumulada de obras futuras	(2.653)	(4.088)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	671	(702)
Pis e Cofins s/receitas	-	531
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(44)	(96)
Arrendamentos - IFRS 16	802	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>353.096</u>	<u>275.731</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>120.053</u>	<u>93.749</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	31.281	24.990
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(24)	(18)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<u>(82.916)</u>	<u>(89.201)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(28.191)</u>	<u>(30.328)</u>
Base do imposto de renda e contribuição social	<u>91.862</u>	<u>63.421</u>
Impostos diferidos não constituídos		
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>91.862</u>	<u>63.421</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2021	7.976
2022	8.293
2023	8.619
2024	8.956
Após 2025	<u>86.209</u>
	<u>120.053</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 53% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo é de R\$28.742 (R\$28.822 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 92,6% da variação do CDI.

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	24.098	4.041	855	989	687	502	462	31.634
Saldo em 31.12.2019	<u>24.098</u>	<u>4.041</u>	<u>855</u>	<u>989</u>	<u>687</u>	<u>502</u>	<u>462</u>	<u>31.634</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(5.355)	(1.256)	(570)	(360)	(332)	(464)	(358)	(8.695)
Saldo em 31.12.2019	<u>(5.355)</u>	<u>(1.256)</u>	<u>(570)</u>	<u>(360)</u>	<u>(332)</u>	<u>(464)</u>	<u>(358)</u>	<u>(8.695)</u>
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	18.743	2.785	285	629	355	38	104	22.939
Taxas de amortização - a.a.	22%	31%	67%	36%	48%	92%	78%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a veículos administrativos.
- (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
- (g) Refere se a locação de cofres localizados nas praças de pedágio e um caminhão de plataforma elevatória.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2018	1.097	1.324	798	308	1.472	329	-	5.328
Adições	9	1.170	-	22	927	-	2	2.130
Transferências/reclassificações	(3)	9	-	-	(15)	-	-	(9)
Saldo em 31.12.2019	1.103	2.503	798	330	2.384	329	2	7.449
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2018	(755)	(744)	(432)	(236)	(939)	(162)	-	(3.268)
Depreciações	(85)	(272)	(129)	(19)	(160)	(40)	-	(705)
Saldo em 31.12.2019	(840)	(1.016)	(561)	(255)	(1.099)	(202)	-	(3.973)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2018	342	580	366	72	533	167	-	2.060
Saldo em 31.12.2019	263	1.487	237	75	1.285	127	2	3.476
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2017	1.082	897	798	308	1.417	329	-	4.831
Adições	15	427	-	-	55	-	-	497
Saldo em 31.12.2018	1.097	1.324	798	308	1.472	329	-	5.328
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2017	(664)	(587)	(289)	(184)	(815)	(130)	-	(2.669)
Depreciações	(91)	(157)	(143)	(52)	(124)	(32)	-	(599)
Saldo em 31.12.2018	(755)	(744)	(432)	(236)	(939)	(162)	-	(3.268)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2017	418	310	509	124	602	199	-	2.162
Saldo em 31.12.2018	342	580	366	72	533	167	-	2.060
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.847.634	6.985	1.191.682	21.140	3.067.441
Adições	71.538	669	278.532	(2.973)	347.766
Transferências/reclassificações	62.582	9	(57.385)	(5.197)	9
Alienações/baixas	(454)	-	-	-	(454)
Saldo em 31.12.2019	<u>1.981.300</u>	<u>7.663</u>	<u>1.412.829</u>	<u>12.970</u>	<u>3.414.762</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(387.646)	(5.394)	-	-	(393.040)
Amortizações	(106.512)	(715)	-	-	(107.227)
Alienações/baixas	68	-	-	-	68
Saldo em 31.12.2019	<u>(494.090)</u>	<u>(6.109)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(500.199)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.459.988	1.591	1.191.682	21.140	2.674.401
Saldo em 31.12.2019	1.487.210	1.554	1.412.829	12.970	2.914.563
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.760.491	6.681	1.013.332	11.965	2.792.469
Adições	55.295	304	206.411	13.885	275.895
Transferências/reclassificações	32.440	-	(27.745)	(4.695)	-
Alienações/baixas	(592)	-	(316)	(15)	(923)
Saldo em 31.12.2018	<u>1.847.634</u>	<u>6.985</u>	<u>1.191.682</u>	<u>21.140</u>	<u>3.067.441</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(287.631)	(4.823)	-	-	(292.454)
Amortizações	(100.022)	(571)	-	-	(100.593)
Alienações/baixas	7	-	-	-	7
Saldo em 31.12.2018	<u>(387.646)</u>	<u>(5.394)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(393.040)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.472.860	1.858	1.013.332	11.965	2.500.015
Saldo em 31.12.2018	1.459.988	1.591	1.191.682	21.140	2.674.401
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras em andamento tendo como principal a construção o Contorno de Florianópolis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$61.859 (R\$50.769 em 31 de dezembro de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas em 2019 foi de 12,89% ao ano (9,50% ao ano em 2018).

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

12. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(27.451)</u>	<u>(26.809)</u>
	<u>-</u>	<u>642</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	68.429	451.776	520.205	61.429	508.549	569.978
Captações/Renovações	24.607	-	24.607	31.417	-	31.417
Juros provisionados	39.734	-	39.734	43.098	3.701	46.799
Amortização de principal	(88.505)	-	(88.505)	(84.668)	-	(84.668)
Pagamento de juros	(38.466)	-	(38.466)	(43.271)	-	(43.271)
Transferência	64.963	(64.963)	-	60.474	(60.474)	-
AVP/Risco sacado	51	-	51	(50)	-	(50)
	<u>70.813</u>	<u>386.813</u>	<u>457.626</u>	<u>68.429</u>	<u>451.776</u>	<u>520.205</u>
Custo de transação	(776)	(4.765)	(5.541)	(776)	(5.542)	(6.318)
Saldo final	<u>70.037</u>	<u>382.048</u>	<u>452.085</u>	<u>67.653</u>	<u>446.234</u>	<u>513.887</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2019	31.12.2018
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	451.370	510.400
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.011	3.373
Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	3.245	6.432
				<u>457.626</u>	<u>520.205</u>

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$3.245 (R\$6.432 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	71.344
2022	76.963
2023	83.026
2024	89.566
Após 2025	65.914
	386.813

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e

- iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo as cláusulas restritivas na data das demonstrações contábeis.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$33.202 (R\$24.904 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$20.704 (R\$13.914 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A Sociedade chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Sociedade, a taxa obtida foi de 8,42% a.a.

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	11.312	20.322	31.634
Utilização	(9.882)	-	(9.882)
Ajuste a valor presente - AVP	1.989	-	1.989
Transferência	3.390	(3.390)	-
	<u>6.809</u>	<u>16.932</u>	<u>23.741</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	5.966
2021	5.901
2022	4.858
2023	102
Após 2023	<u>105</u>
	<u>16.932</u>

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.12.2019		31.12.2018
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses
Veículos operacionais	127	-	-
	<u>127</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$9.063.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Autopista Litoral Sul S.A. é uma sociedade por ações constituída no Brasil. Seu capital é exclusivamente nacional e é uma subsidiária integral da Arteris S.A., sendo a Arteris S.A. detentora de 100% do seu capital social. Por sua vez a Arteris S.A. é uma empresa brasileira constituída sob a forma de sociedade por ações e devidamente registrada como companhia aberta perante a CVM. A Arteris S.A. é uma holding não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias.

A Arteris S.A. é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo o seus acionistas diretos a holding não financeira espanhola Participes en Brasil, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a holding brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	2	-
Total do ativo circulante	<u>2</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	2.515	1.282
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Planalto Sul S.A. (a)	181	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	53	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	16.116	156
<u>Controladora</u>		
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A. (c)	-	585.246
<u>Controladora</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. (b)	-	292.249
Total do passivo circulante	<u>18.865</u>	<u>878.933</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A. (c)	622.030	-
<u>Controladora</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. (b)	669.785	131.491
Total do passivo não circulante	<u>1.291.815</u>	<u>131.491</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.12.2019		31.12.2018	
	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(79.446)	(20.890)	(69.185)	(12.238)
Juros Capitalizados (*)	39.434	-	29.330	-
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Planalto Sul S.A.	-	(68)	-	-
Régis Bittencourt S.A.	-	(752)	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	(876)	-	-
Total	(40.012)	(22.586)	(39.855)	(12.238)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do "spread" de 1,4% ao ano para a 2ª emissão, 1% para a 6ª e 7ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Em 20 de novembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 26.000 debêntures nominativas e não conversíveis, da espécie subordinada, todas com valor nominal unitário R\$10.000 no valor total da emissão de R\$260.000, na data de emissão das debêntures, sendo que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 do total de debêntures emitidas foram integralizadas o montante de R\$64.000. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.03.2021	CDI + 1,40% a.a.	30.000	16.877	30.000	13.936
28.04.2015	28.04.2021	CDI + 1,50% a.a.	122.518	67.342	122.518	55.284
03.07.2015	03.07.2021	CDI + 1,50% a.a.	20.000	10.419	20.000	8.491
19.08.2015	19.08.2021	CDI + 1,50% a.a.	30.000	14.858	30.000	12.020
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,00% a.a.	280.000	13.570	128.700	2.791
19.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	64.000	201	-	-
			546.518	123.267	331.218	92.522

- (c) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2024, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	4.000	6.300	4.000	5.718
17.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	7.875	5.000	7.148
25.09.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	2.000	3.150	2.000	2.859
06.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	8.000	12.600	8.000	11.436
27.10.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	6.000	9.450	6.000	8.577
05.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	15.750	10.000	14.296
27.11.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	10.000	15.750	10.000	14.296
05.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,037%a.a.	5.000	7.875	5.000	7.148
19.12.2008	01.12.2024	CDI + 1,04% a.a.	17.000	26.774	17.000	24.302
10.06.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	15.000	12.986	15.000	11.258
10.09.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	30.000	24.808	30.000	21.423
08.10.2013	01.12.2024	CDI + 1,70% a.a.	35.000	28.533	35.000	24.608
24.01.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	40.000	29.535	40.000	25.406
05.03.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	25.000	18.014	25.000	15.460
01.04.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	21.259	30.000	18.215
09.05.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	35.000	24.213	35.000	20.697
20.06.2014	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	20.000	13.452	20.000	11.466
02.03.2015	01.12.2024	CDI + 1,40% a.a.	30.000	16.706	30.000	13.933
			<u>327.000</u>	<u>295.030</u>	<u>327.000</u>	<u>258.246</u>

d) Refere-se à adiantamentos e prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$19.021 (R\$7.074 em 31 de dezembro de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade reconheceu o montante de R\$473 a título de remuneração e encargos de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$2.759 relativo ao rateio da "Holding", que totaliza R\$3.232 (R\$1.570, R\$1.077 e R\$2.647, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$700.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.745 e R\$2.919.

Notas Explicativas

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2019
Cíveis	489	2.088	(607)	(1.464)	-	506
Trabalhistas	2.287	1.781	(1.035)	(2.413)	-	620
Regulatório	8.991	14	(1.534)	-	-	7.471
Total	<u>11.767</u>	<u>3.883</u>	<u>(3.176)</u>	<u>(3.877)</u>	<u>-</u>	<u>8.597</u>

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2018
Cíveis	727	2.162	(680)	(1.720)	-	489
Trabalhistas	621	2.731	(302)	(763)	-	2.287
Regulatório	8.658	-	-	-	333	8.991
Total	<u>10.006</u>	<u>4.893</u>	<u>(982)</u>	<u>(2.483)</u>	<u>333</u>	<u>11.767</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$7.471 (R\$8.991 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$14.595 (R\$9.231 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e ambientais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$9.468 em 31 de dezembro de 2019 (R\$7.343 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Os depósitos judiciais no montante de R\$65.580 em 31 de dezembro de 2019 (R\$49.419 em 31 de dezembro de 2018) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Manutenção em rodovia		Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	38.540		21.287	26.729	21.287	65.269
Adições/Reversões	62.678		839	38.067	839	100.745
Utilizações	(76.122)		-	-	-	(76.122)
Ajuste a valor presente	4.087		1.374	2.520	1.374	6.607
Transferências	31.105		-	(31.105)	-	-
Saldo em 31.12.2019	<u>60.288</u>		<u>23.500</u>	<u>36.211</u>	<u>23.500</u>	<u>96.499</u>

	Circulante		Não circulante		Total	
	Manutenção em rodovia		Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	14.600		20.319	57.421	20.319	72.021
Adições/Reversões	-		841	46.858	841	46.858
Utilizações	(57.862)		-	-	-	(57.862)
Ajuste a valor presente	-		127	4.252	127	4.252
Transferências	81.802		-	(81.802)	-	-
Saldo em 31.12.2018	<u>38.540</u>		<u>21.287</u>	<u>26.729</u>	<u>21.287</u>	<u>65.269</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referentes às manutenções realizadas foram de R\$73.612 (R\$60.685 em 31 de dezembro de 2018).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.497.996 (R\$1.287.996 em 31 de dezembro de 2018), composto por 1.432.019.209 ações ordinárias e sem valor nominal (1.213.269.209 em 31 de dezembro de 2018), integralizadas pelo valor de R\$1.317.796 (R\$1.272.296 em 31 de dezembro de 2018) que representam 1.244.310.876 ações (1.197.410.623 em 31 de dezembro de 2018)

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral o seguinte aumento de capital conforme segue:

Notas Explicativas

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.12.2017(*)	AGE	Dinheiro	-	-	15.700
06.03.2019 (**)	AGE	Dinheiro	218.750.000	210.000	29.800
			<u>218.750.000</u>	<u>210.000</u>	<u>45.500</u>

(*) No decorrer do período findo em 31 de março de 2019 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20 de dezembro de 2017 no montante de R\$15.700.

(**) Em 06 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$210.000, mediante a emissão de 218.750.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$29.800 em dinheiro até 31 de dezembro de 2019, e o valor restante de R\$180.200 será integralizado até 30 de junho de 2020.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Receita de serviços prestados	357.701	337.724
Receita de serviços de construção	292.569	214.791
Outras receitas	4.941	5.087
Receita bruta	<u>655.211</u>	<u>557.602</u>
ISSQN	(18.096)	(17.078)
PIS	(2.201)	(2.290)
COFINS	(10.161)	(10.566)
Outras deduções	<u>(47)</u>	<u>(1.116)</u>
Receita líquida	<u>624.706</u>	<u>526.552</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Despesas:		
Com pessoal	(11.664)	(12.154)
Serviços de terceiros	(4.317)	(3.619)
Manutenção de bens e conservação	(1.092)	(1.130)
Consumo	(1.382)	(1.963)
Transportes	(270)	(777)
Seguros/Garantias	(12)	(12)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(707)	(3.911)
Comunicação e marketing	(659)	(1.155)
Indenizações à terceiros	(42)	(7)
Publicações legais	(185)	(190)
Depreciação / Amortização	(1.025)	(1.199)
Outros	(2.133)	(1.935)
Total	<u>(23.488)</u>	<u>(28.052)</u>

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Custos:		
Com pessoal	(23.747)	(23.117)
Serviços de terceiros	(28.119)	(35.201)
Conservação	(19.346)	(15.812)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(4.450)	(4.449)
Consumo	(7.960)	(7.843)
Transportes	(3.953)	(4.421)
Verba de fiscalização	(12.248)	(11.818)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.313)	(1.191)
Seguros / Garantias	(3.114)	(3.210)
Provisão de manutenção em rodovias	(100.745)	(46.858)
Custos de serviços da construção	(292.569)	(214.791)
Depreciação / Amortização	(116.244)	(102.763)
Outros	(2.525)	(3.508)
Total	<u>(616.333)</u>	<u>(474.982)</u>

Notas Explicativas

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.099	2.225
Outras receitas	323	464
Total	<u>2.422</u>	<u>2.689</u>
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(57.321)	(65.215)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(10.021)	(4.329)
Outras despesas	(1.920)	(2.503)
Total	<u>(69.262)</u>	<u>(72.047)</u>
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Varição cambial líquida:		
Varição cambial	(30)	-
Total	<u>(30)</u>	<u>-</u>

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	59.423	32.091
Juros capitalizados	61.859	50.769
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(112.008)	(80.299)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	31.12.2019	31.12.2018
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(56.111)	(30.668)
Número de ações durante exercício	1.393.064	1.213.269
Prejuízo por ação	<u>(0,0403)</u>	<u>(0,0253)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregadas e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme o quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2019		31.12.2018	
			Contabil	Valor Justo	Contabil	Valor Justo
Equivalentes de caixa	Nível 2	1	7.344	7.344	13.394	13.394
Aplicações financeiras	Nível 2	1	6.928	6.928	5.590	5.590
Contas a receber clientes	Nível 2	2	16.144	16.144	14.232	14.232
Partes relacionadas ativas	Nível 2	2	2	2	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	28.742	28.742	28.822	28.822
Outros Créditos	Nível 2	2	1.225	1.225	1.483	1.483
			<u>60.385</u>	<u>60.385</u>	<u>63.521</u>	<u>63.521</u>
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	448.840	448.840	507.455	507.455
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	3.245	3.245	6.432	6.432
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	1.291.815	1.291.815	1.008.986	1.008.986
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	18.865	18.865	1.438	1.438
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	53.906	53.906	38.818	38.818
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.026	1.026	989	989
Outras contas a pagar	Nível 2	2	10.959	10.959	5.478	5.478
			<u>1.828.656</u>	<u>1.828.656</u>	<u>1.569.596</u>	<u>1.569.596</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Sociedade não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	4,50%	5,63%	6,75%
Receita de aplicações financeiras	1.690	2.112	2.534
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(75.618)	(90.339)	(105.060)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(73.928)</u>	<u>(88.227)</u>	<u>(102.526)</u>
TJLP	5,57%	6,96%	8,36%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(36.438)	(42.912)	(49.386)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(36.438)</u>	<u>(42.912)</u>	<u>(49.386)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(110.366)</u>	<u>(131.139)</u>	<u>(151.912)</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 3 de janeiro de 2020, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$15.173 (R\$13.177 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
BNDDES Automático	7,89%	97.527	97.527	97.527	97.527	164.808	554.916
Capital de giro	17,18%	3.289	-	-	-	-	3.289
Partes relacionadas	5,78%	-	675.993	-	-	975.154	1.651.147
Fornecedores e cauções contratuais	-	53.906	-	-	-	-	53.906
Fornecedores partes relacionadas	-	18.865	-	-	-	-	18.865
Outras contas a pagar	-	10.959	-	-	-	-	10.959
		<u>184.546</u>	<u>773.520</u>	<u>97.527</u>	<u>97.527</u>	<u>1.139.962</u>	<u>2.293.082</u>

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	01.07 a 30.09.2020	01.10 a 31.12.2020	Total
BNDÉS Automático	7,89%	24.382	24.382	24.382	24.381	97.527
Capital de giro	17,18%	3.289	-	-	-	3.289
Partes relacionadas	5,78%	-	-	-	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	52.092	1.814	-	-	53.906
Fornecedores partes relacionadas	-	18.865	-	-	-	18.865
Outras contas a pagar	-	10.865	64	25	5	10.959
		<u>109.493</u>	<u>26.260</u>	<u>24.407</u>	<u>24.386</u>	<u>184.546</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	142.870

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram de R\$120.699 e de R\$60.653, respectivamente.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo a relação de integralizações da 7ª emissão de debêntures privada da Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
06/01/2020	AGE	4.500
20/01/2020	AGE	20.700
05/02/2020	AGE	500
10/02/2020	AGE	11.000
20/02/2020	AGE	8.000
		<u>44.700</u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

ntroles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Joinville, 20 de fevereiro de 2020.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Marcia Fragoso Soares
Diretora de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Joinville, 20 de fevereiro de 2020.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Marcia Fragoso Soares
Diretora de Manutenção